



# CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AVISO Nº POISE-38-2015-09

## Redes Locais de Intervenção Social (RLIS)

### **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego**

**Objetivo Temático 9** - Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação

**Eixo Prioritário 3** - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

**Prioridade de Investimento 9.iv** - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade

**Tipologia de Intervenção 38** - Serviços e redes de intervenção social e de saúde

**Tipologia de Operação 3.23** - Redes locais de intervenção social (RLIS)

Junho 2015

## Conteúdo

1. Preâmbulo .....	3
2. Calendário .....	3
3. Procedimento para apresentação das candidaturas .....	3
4. Dotação indicativa a conceder.....	3
5. Duração das candidaturas .....	3
6. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário .....	4
7. Área geográfica.....	4
8. Âmbito/Objetivos .....	4
9. Ações Elegíveis .....	4
10. Tipo de entidades beneficiárias.....	5
11. Organismo intermédio responsável pela análise.....	5
12. Indicadores contratualizados.....	5
13. Critérios de elegibilidade das entidades beneficiárias .....	6
14. Critérios de seleção .....	6
15. Forma, montantes e limites dos apoios.....	8
16. Regras de elegibilidade das despesas.....	8
17. Despesas elegíveis .....	9
18. Despesas não elegíveis .....	11
19. Processo de análise e decisão das candidaturas .....	11
20. Condições de alteração .....	12
21. Regime de financiamento e prazos de decisão .....	12
22. Eficiência e resultados .....	14
23. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações.....	14
24. Divulgação dos resultados.....	14
25. Outras disposições.....	14
26. Contactos a nível nacional.....	15
27. Anexos .....	16
1. Prazos para análise e decisão de candidaturas.....	16
2. Grelha de Análise.....	17
3. Territórios.....	19

## 1. Preâmbulo

Nos termos previstos no artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, doravante designado por Regulamento Específico, publicado através do Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, as candidaturas podem ser apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, sendo os respetivos avisos publicitados no Portal do Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)).

O presente aviso de concurso para apresentação de candidaturas foi elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e do artigo 9.º do Regulamento Específico.

## 2. Calendário

O período para apresentação das candidaturas decorre das 00:00h do dia 1 de julho de 2015 até às 18:00h do dia 28 de julho de 2015.

## 3. Procedimento para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020.

Previamente à apresentação das candidaturas, as entidades beneficiárias devem efetuar o seu registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada para o beneficiário, da qual consta um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada reside uma série de dados relativos à caracterização da entidade beneficiária, os quais devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas apresentadas ao Portugal 2020.

## 4. Dotação indicativa a conceder

A dotação financeira indicativa afeta ao presente concurso é de € 50.000.000,00 (50 milhões de euros) com uma comparticipação pública da despesa elegível repartida pelo Fundo Social Europeu (85%) e pela Contribuição Pública Nacional (15%).

## 5. Duração das Candidaturas

As candidaturas apresentadas no âmbito deste concurso têm a duração máxima de 36 meses.

Regulamento  
Específico

Aviso no Portal  
Portugal 2020

Regulamento Específico  
Regulamento Geral  
dos FEEI

De 01/07/2015 a  
28/07/2015

Balcão 2020

50 M€

36 Meses

## 6. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário

As entidades beneficiárias só podem apresentar uma candidatura por território, até limite de 3 por região NUT II (Norte, Centro e Alentejo).

## 7. Área geográfica / Territórios abrangidos

Para efeitos de financiamento são elegíveis as Redes Locais de Intervenção Social localizados nas regiões NUTS II do Norte, Centro e Alentejo e inseridos nos territórios constantes do anexo 3.

## 8. Âmbito/Objetivos

A presente tipologia de operações, visa apoiar a Rede Local de Intervenção Social, criada pelo Despacho n.º 12154/2013, de 24 de setembro e regulamentada pelo Despacho n.º 11675/2014 de 18 de setembro, alterado pelo Despacho n.º 5149/2015, de 18 de maio, bem como pela Portaria n.º 137/2015, de 19 de maio, regulamentada pelo Despacho n.º 5743/2015 de 29 de maio e a declaração de retificação n.º 485-B/2015, de 12 de junho. Pretende-se, assim:

- Potenciar a concertação da atuação dos diversos organismos e entidades envolvidas;
- Assegurar a coordenação eficiente de todos os agentes, meios e recursos;
- Promover o desenvolvimento de mecanismos e estratégias no âmbito da intervenção social;
- Reforçar a plataforma de colaboração estabelecida com as entidades que localmente prestam serviços no âmbito da ação social;
- Promover plataformas de colaboração com as entidades da administração local e central com intervenção em áreas complementares ao âmbito da ação social;
- Assegurar o atendimento e acompanhamento social das situações de vulnerabilidade, nomeadamente através da gestão, a nível local, dos programas criados para esse efeito;
- Promover iniciativas de experimentação social que se constituam como novas abordagens de resposta a problemas emergentes identificados nos territórios;
- Concertar a ação de todas as entidades públicas e privadas, estruturas e programas de intervenção na área das crianças e jovens em risco, de modo a reforçar estratégias de cooperação e de racionalização de recursos.

## 9. Ações elegíveis

São elegíveis, para efeitos de financiamento, ações de atendimento e acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

NUTS II do Continente:  
Norte, Centro e  
Alentejo

Rede Local de  
Intervenção Social

Emergência Social  
Atendimento e  
Acompanhamento

## 10. Tipo de entidades beneficiárias

Podem aceder aos apoios concedidos, no âmbito da presente tipologia de operações, as pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, que atuem na área do desenvolvimento social, designadamente, instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e equiparadas.

## 11. Organismo intermédio responsável pela análise

Nos termos dos artigos n.º 36º e 37º do Decreto-lei n.º 137/2014, de 12 setembro, relativo ao modelo de governação dos FEEI, o Instituto da Segurança Social, I.P., que assegura a análise técnica das candidaturas, assume a qualidade de Organismo Intermédio (OI), nos termos da delegação de competências celebradas com a Autoridade de Gestão (AG).

## 12. Indicadores contratualizados

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o grau de cumprimento e de incumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder na candidatura em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 7º do Regulamento Específico são contratualizados com as entidades beneficiárias, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Na candidatura são propostas as metas a contratualizar com a Autoridade de Gestão para os indicadores de realização e de resultado, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

Indicadores de Realização e Resultado do Concurso	
Indicador de Realização	Planos de Intervenção contratualizados com os agregados familiares
Indicador de Resultado	Planos de Intervenção concluídos
Fórmula de cálculo do Indicador de Resultado	$\frac{\text{Planos de Intervenção concluídos}}{\text{Planos de Intervenção contratualizados com os agregados familiares}} \times 100$

IPSS e equiparadas

Instituto da  
Segurança Social, I. P.

Contratualização de  
resultados

Indicador de  
Realização:  
Agregados familiares  
acompanhados

Para além dos indicadores anteriormente referidos as entidades ficam ainda obrigadas a reportar o número de atendimentos, enquanto indicador de acompanhamento da execução da operação.

### **13. Critérios de elegibilidade das entidades beneficiárias**

Os beneficiários devem declarar ou comprovar, se para tal forem notificados, que cumprem os seguintes critérios:

- a) Estão legalmente constituídos;
- b) Têm a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- c) Podem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações;
- d) Possuem, ou podem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- e) Têm a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEL;
- f) Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- g) Não apresentaram a mesma candidatura a financiamento, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência;
- h) Não ser entidade beneficiária de protocolo de Rendimento Social de Inserção (RSI), salvo situações devidamente fundamentadas e autorizadas pelo respetivo Diretor de Centro Distrital de Segurança Social;
- i) Não ser entidade beneficiária de acordo de cooperação atípico para atendimento e acompanhamento social para o mesmo território, salvo situações devidamente fundamentadas e autorizadas pelo respetivo Diretor de Centro Distrital de Segurança Social.

### **14. Critérios de seleção**

Depois de verificados os critérios de elegibilidade previstos no ponto anterior as candidaturas serão objeto de uma apreciação de mérito, suportada na aplicação da grelha de análise, construída com base nos critérios de seleção aprovados pela Comissão de Acompanhamento do PO ISE.

Critérios de elegibilidade

Critérios de seleção das candidaturas

Os critérios são individualmente valorados em função dos elementos apresentados pelas entidades beneficiárias nas suas candidaturas e na informação que a AG/OI dispõe acerca do desempenho alcançado em operações anteriormente realizadas, no que diz respeito ao critério 9, tendo por base a escala de avaliação qualitativa abaixo descrita:

Inexistente; Baixo; Médio e Elevado

Critérios de Seleção	
1	Caráter inovador do projeto
2	Relevância estratégica do projeto
3	Coerência das ações propostas
4	Qualidade técnica das ações propostas
5	Projetos e ações que integrem a dimensão da igualdade de género
6	Relevância das instituições que intervêm no projeto e respetiva implantação no contexto sócio local abrangido
7	Contributo do projeto para uma cultura de proximidade
8	Contributo para a diminuição das emissões de carbono
9	Grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de outras operações da responsabilidade do mesmo beneficiário

A grelha de análise encontra-se, em detalhe, no ponto 2 dos Anexos do presente Aviso.

Aplicada a mencionada grelha de análise, será ainda efetuada uma avaliação de mérito relativo, que resulta da comparação do mérito da candidatura avaliada com o mérito das demais candidaturas na mesma fase de decisão, com hierarquização final das candidaturas avaliadas.

A pontuação mínima necessária para garantir a seleção das candidaturas para financiamento, não poderá ser inferior a 50 pontos, numa escala de 0 a 100.

Nos casos de indisponibilidade financeira no âmbito da dotação disponível para o presente concurso, em que seja necessário o desempate de candidaturas com a mesma pontuação, serão ponderados os seguintes coeficientes:

- a) majoração de 1,05 - se verificada maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão;
- b) majoração de 1,05 - se verificada maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções.

Grelha em anexo

Mínimo de 50 pontos

Ponderação de coeficientes

Os critérios de majoração, para efeitos de desempate, serão aplicados pela seguinte ordem:

Classificação Final = pontuação obtida nos critérios de seleção x coeficiente de majoração a) x coeficiente de majoração b)

Após a aplicação das majorações nos termos expostos, são novamente hierarquizadas as candidaturas alvo de majoração, e propostas para aprovação aquelas que ficarem contidas na dotação financeira disponível.

Para este efeito as entidades devem anexar à candidatura elementos que permitam validar esta informação.

### 15. Forma, montantes e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito deste concurso revestem a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.

### 16. Regras de elegibilidade das despesas

As despesas são consideradas elegíveis se:

- Forem realizadas dentro do período de elegibilidade previsto no n.º 1 do artigo 10º da Portaria 60-A/2015, de 2 de março, ou seja 60 dias antes da apresentação da candidatura e 45 dias após a conclusão da operação, considerando-se para este efeito a data que consta do cronograma aprovado como data final para a realização da última atividade;
- Obedecerem a critérios de razoabilidade financeira assentes em princípios de boa gestão financeira, tendo como base os preços de mercado e a relação custo/benefício;
- Obedecerem às regras de contratação pública, nos termos Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei no 18/2008, de 29 de Janeiro e respetivas atualizações.
- Forem respeitados os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflitos de interesses nas relações entre a entidade beneficiária e os seus fornecedores e prestadores de serviços.

Critérios de majoração

Subvenção não reembolsável

Período de elegibilidade

Razoabilidade e princípios de boa gestão financeira

Contratação Pública

Princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos



## 17. Despesas elegíveis

Rubrica	Natureza da Despesas	Regras e limites máximos de elegibilidade												
Encargos com pessoal	<p><b>Pessoal interno:</b></p> <p>São elegíveis nesta rubrica as remunerações e outros encargos com alojamento, alimentação e transporte, quando a elas houver lugar, do pessoal dirigente, técnico, administrativo e outro pessoal, vinculado à entidade, desde que afetos total ou parcialmente às atividades objeto de financiamento.</p> <p>O valor máximo a imputar mensalmente, com pessoal interno corresponde à remuneração mensal que o trabalhador tenha direito por força da sua relação laboral com a entidade empregadora, calculada de acordo com a fórmula ao lado indicada e em função da taxa de afetação a cada operação cofinanciada.</p>	<p><b>Fórmula:</b></p> $\frac{Rbm \times m}{48 \text{ (semanas)} \times n}$ <p>Rbm = remuneração base mensal acrescida dos encargos obrigatórios da entidade patronal, decorrentes da lei e dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, e de outras prestações regulares e periódicas documentalmente comprováveis e refletidas na contabilidade da entidade patronal que integrem a remuneração;</p> <p>m = número de prestações anuais efetivamente pagas a título de remuneração base mensal e de subsídios de férias e de Natal, quando a estes haja lugar;</p> <p>n = número de horas semanais do período normal de trabalho.</p> <p>• Os limites máximos mensais de financiamento são definidos em função das características dos territórios de intervenção abrangidos, conforme artigo 4º, 5º e 6º do Despacho nº 5743/2015, de 29 de maio, nos seguintes termos:</p> <table><tr><th></th><th>Tip. A</th><th>Tip. B</th><th>Tip. C</th></tr><tr><td>Total Equipa / mês sem CPCJ</td><td>10.347</td><td>7.021</td><td>5.173</td></tr><tr><td>Total Equipa / mês com CPCJ</td><td>12.195</td><td>8.869</td><td>7.021</td></tr></table> <p>Valores em euros</p>		Tip. A	Tip. B	Tip. C	Total Equipa / mês sem CPCJ	10.347	7.021	5.173	Total Equipa / mês com CPCJ	12.195	8.869	7.021
			Tip. A	Tip. B	Tip. C									
Total Equipa / mês sem CPCJ	10.347	7.021	5.173											
Total Equipa / mês com CPCJ	12.195	8.869	7.021											
	<p><b>Pessoal Externo:</b></p> <p>São elegíveis os honorários pagos, a título de prestação de serviços do pessoal técnico, consultor e outro pessoal, bem como outros encargos com alimentação, deslocações, alojamento e transporte, desde que estas despesas se encontrem devidamente previstas no contrato de prestação de serviços celebrado.</p>													

Encargos com pessoal

## 17. Despesas elegíveis

Rubrica	Natureza da Despesas	Regras e limites máximos de elegibilidade
<b>Encargos diretos com a aquisição de bens e serviços</b>	<p>Nesta rubrica são elegíveis os encargos com a aquisição de bens e serviços diretamente relacionados com as atividades da operação.</p> <p>Tipo de despesas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de livros e de documentação técnica;</li> <li>• Realização de visitas desde que razoáveis, adequadas e pertinentes face à concretização dos objetivos definidos para as atividades;</li> <li>• Aluguer/amortização de bens móveis e/ou equipamentos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O recurso ao arrendamento/aluguer de instalações/espacos e aluguer/amortização de equipamentos para a realização de atividades deve responder a necessidades objetivas das mesmas e ser devidamente justificado, quer quanto à necessidade quer quanto ao montante, tendo em conta o princípio da capacidade instalada e da boa gestão financeira, bem como o custo e vida útil do respetivo bem, no caso dos equipamentos.</li> <li>• As operações de locação financeira ou de arrendamento e aluguer de longo prazo apenas são elegíveis, para efeitos cofinanciamento, nos estritos termos do n.º 9 e 10 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.</li> </ul>
<b>Encargos gerais</b>	<p>No âmbito desta rubrica são elegíveis as despesas necessárias à conceção, realização, desenvolvimento e gestão da operação, nomeadamente as despesas correntes de funcionamento como o consumo de água, eletricidade, comunicações, despesas gerais de manutenção de equipamentos e instalações, os materiais consumíveis e bens não duradouros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A imputação das despesas comuns deve estar suportada numa chave de Imputação, construída com base em pressupostos, tecnicamente justificados e passíveis de serem evidenciados, devendo conter elementos de execução física e temporal, em função da dimensão, diversidade e natureza das atividades desenvolvidas.</li> </ul>

Encargos diretos com a aquisição de bens e serviços

Encargos gerais

\* Os encargos diretos mais os encargos gerais são financiados até ao limite de 3.200€/mês

## 18. Despesas não elegíveis

Não são elegíveis no âmbito do FSE as seguintes despesas:

- O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) recuperável, ainda que não tenha sido ou não venha a ser efetivamente recuperado pelo beneficiário;
- Despesas pagas no âmbito de contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante cofinanciado ou das despesas elegíveis da operação;
- Os pagamentos em numerário, exceto nas situações em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas, e desde que num quantitativo unitário inferior a 250 €;
- Contratos que aumentem o custo de execução da operação sem que lhe seja acrescentado um valor proporcional a esse custo;
- Contratos celebrados com fornecedores de bens ou serviços cujo pagamento seja condicionado à aprovação da candidatura pela autoridade de gestão;
- Prémios, multas, coimas, sanções financeiras, juros devedores, despesas de câmbio;
- Despesas com processos judiciais, salvo as despesas que resultem de processos de contencioso tendente à recuperação de créditos do FSE;
- Encargos bancários com empréstimos e garantias, com exceção, neste último caso, das exigidas pela legislação nacional relativa à aplicação do FSE e das tipologias de operações relativas a instrumentos financeiros;
- Compensações pela caducidade do contrato de trabalho ou indemnizações por cessação do contrato de trabalho de pessoal afeto à operação, bem como as entregas relativas ao Fundo de Compensação do Trabalho;
- Encargos não obrigatórios com o pessoal afeto à operação;
- Quaisquer negócios jurídicos celebrados, seja a que título for, com titulares de cargos de órgãos sociais, salvo os decorrentes de contrato de trabalho celebrado previamente à submissão da candidatura do beneficiário;
- Aquisição de bens imóveis;
- Aquisição de bens móveis que sejam passíveis de amortização.

## 19. Processo de análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são analisadas e selecionada uma candidatura por território, de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos neste Aviso.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela AG do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, após análise técnica realizada pelo ISS, IP, no prazo máximo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso.

Despesas não  
elegíveis

Decisão proferida pela  
AG no prazo de 60  
dias úteis

O mencionado prazo suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que deve ocorrer uma só vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, significa a desistência da candidatura.

As entidades são ouvidas no procedimento, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

A decisão é notificada ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão (ver diagrama com as respetivas etapas e prazos, constante do anexo 1 ao presente aviso).

Em caso de aprovação da candidatura, o termo de aceitação deve ser submetido eletronicamente, no prazo máximo de 10 dias úteis contados desde a data da receção da notificação da decisão de aprovação, devidamente autenticado nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela AG.

## 20. Condições de alteração

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são formalizados no Balcão 2020.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Quando, nas candidaturas plurianuais o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

## 21. Regime de financiamento e prazos de decisão

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Suspensão do prazo

Audiência Prévia

Notificação da  
decisão - 5 dias úteis

Termo de Aceitação  
submetido eletrónica-  
mente no prazo de 10  
dias úteis

Caducidade da  
decisão

Pedidos de Alteração

Deferimento tácito em  
30 dias, com exceção de  
alterações ao plano  
financeiro

Os beneficiários têm direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumpriam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Submissão do termo de aceitação da decisão de aprovação;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Comunicação do início ou reinício da operação.

Os pedidos de reembolso são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no Balcão 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação.

No caso de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, no Balcão 2020 até 31 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a AG solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

A entidade tem direito ao reembolso das despesas efetuadas e pagas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso, não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade, conformidade e razoabilidade das despesas apresentadas pela entidade, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a AG solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

Adiantamento:  
15% do montante  
aprovado por ano civil

Pedidos de  
reembolso com  
periodicidade mínima  
bimestral

Informação anual da  
execução física e  
financeira até 31 de  
março

Decisão do pedido  
de reembolso em  
30 dias úteis

Pagamentos de  
pedidos de reembolso  
até 85% do montante  
aprovado

Pedido de pagamento  
de saldo

Reduções do apoio

Decisão do pedido de  
saldo em 45 dias úteis

## 22. Eficiência e resultados

Quando se verifique a não realização total ou parcial de uma ou mais atividades aprovadas em candidatura, o valor a aprovar em saldo é ajustado proporcionalmente, tendo em conta o orçamento aprovado para a(s) respetiva(s) atividade(s).

Consideram-se cumpridas as metas indicadas pelas entidades, contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 90% do contratualizado, sendo que abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta, a incidir, para cada um dos indicadores, sobre 10% do montante a aprovar em saldo, conforme simulador disponível em anexo ao presente aviso.

## 23. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os emblemas da União Europeia com referência ao Fundo Social Europeu (FSE), do Portugal 2020 e do PO ISE, de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

## 24. Divulgação dos resultados

No portal <https://www.portugal2020.pt> os candidatos têm acesso a:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados do presente concurso.

## 25. Outras disposições

Às disposições contidas no presente aviso, aplica-se de forma subsidiária o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na Portaria n.º 60-A/2015, de 02 de março e na Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, bem como nos regulamentos europeus, designadamente Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e 1304/2013, de 17 de Dezembro

Redução face ao  
orçamento inicial

Cumprimento das  
metas: 90% do  
contratualizado

Correção financeira  
por incumprimento

Informação e  
comunicação sobre o  
financiamento

Portal 2020

Outras disposições

## 26. Contactos a nível nacional

Autoridade de Gestão do PO ISE  
Avª Infante Santo, nº2, 6º andar  
1350-346 Lisboa

Instituto da Segurança Social, I.P.  
Rua Rosa Araújo, 43  
1250-194 Lisboa

Lisboa, 24 de junho de 2015

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional  
Inclusão Social e Emprego  
PO ISE



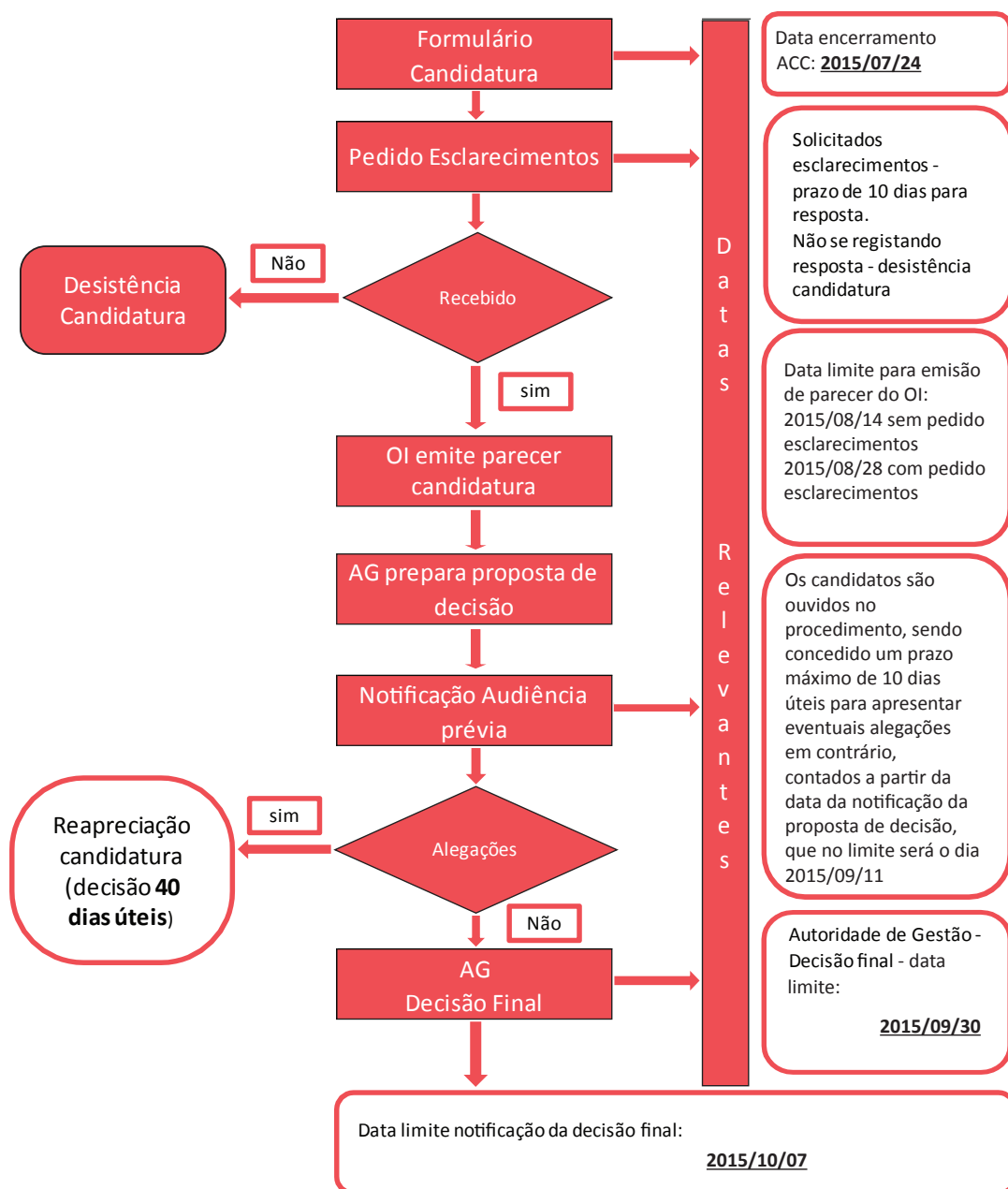
Domingos Lopes

Contactos

## 27. Anexos


### 1. Prazos para análise e decisão de candidaturas

#### Procedimentos de análise e decisão das candidaturas






## 2. Grelha de Análise

TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO			
3.23 - Rede Local de Intervenção Social (RLIS)			
Entidade:		NIF:	N.º Proj.:
GRELHA DE ANÁLISE			
N.º	CRITÉRIOS DE SELECÇÃO	VALORAÇÃO	PONTUAÇÃO
1	<b>Caráter inovador do projeto</b>		
	<b>1.1 Implementação de metodologias de atendimento inovadoras</b>		
	Elevado (20)		20,0
	Médio (10)		
	Baixo (5)		
Inexistente (0)			
2	<b>Relevância estratégica do projeto</b>		
	<b>2.1 Grau de cobertura do projeto, em termos de população-alvo beneficiada com a intervenção</b>		
	Elevado (10)		10,0
	Médio (5)		
	Baixo (2)		
	Inexistente (0)		
	<b>2.2 Envolvimento institucional da entidade beneficiária a nível local</b>		
	Elevado (10)		10,0
	Médio (5)		
	Baixo (2)		
Inexistente (0)			
3	<b>Coerência das ações propostas</b>		
	Elevado (5)		5,0
	Médio (3)		
	Baixo (1)		
	Inexistente (0)		
4	<b>Qualidade técnica das ações propostas</b>		
	<b>4.1 Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas e dos recursos humanos afetos ao projeto</b>		
	Elevado (10)		10,0
	Médio (5)		
	Baixo (2)		
	Inexistente (0)		
	<b>4.2 Experiência da entidade beneficiária no serviço de atendimento e acompanhamento</b>		
	Elevado (10)		10,0
	Médio (5)		
	Baixo (2)		
Inexistente (0)			

## 2. Grelha de Análise

TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO			
3.23 - Rede Local de Intervenção Social (RLIS)			
Entidade: _____		NIF: _____	N.º Proj.: _____
GRELHA DE ANÁLISE			
N.º	CRITÉRIOS DE SELECÇÃO	VALORAÇÃO	PONTUAÇÃO
5	Projetos e ações que integrem a dimensão da igualdade de género		
	Elevado (5)		5,0
	Médio (3)		
	Baixo (1)		
	Inexistente (0)		
6	Relevância das instituições que intervêm no projeto e respetiva implantação no contexto sócio local abrangido		
	Elevado (10)		10,0
	Médio (5)		
	Baixo (2)		
	Inexistente (0)		
7	Contributo do projeto para uma cultura de proximidade		
	Elevado (5)		5,0
	Médio (3)		
	Baixo (1)		
	Inexistente (0)		
8	Contributo para a diminuição das emissões de carbono		
	Elevado (5)		5,0
	Médio (3)		
	Baixo (1)		
	Inexistente (0)		
9	Grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de outras operações da responsabilidade do mesmo beneficiário		
	Elevado (10)		10,0
	Médio (5)		
	Baixo (2)		
	Inexistente (0)		
Factor de Ajustamento por não aplicabilidade do Critério n.º 9 (aplicável a entidades que não tenham histórico neste tipo de ações)			0,0
		TOTAL	100,0

### 3. Territórios

Territórios RLIS	
Concelho	Tipologia
ABRANTES	C
ÁGUEDA	A
ALIJO	C
ALMEIDA	C
ALMEIRIM E ALPIARÇA	C
ALTER DO CHÃO E CRATO	C
AMARES	C
ARCOS DE VALDEVEZ	C
ARGANIL	C
ARMAMAR	C
ARRONCHES E MONFORTE	C
ARRUDA DOS VINHOS	C
AVEIRO	A
AVIZ, SOUZEL E FRONTEIRA	C
BAIÃO	C
BARCELOS (Pousa; Rio Covo Santa Eugénia; Martim; Areias de Vilar e Encourados; Adães; Airó; Alvelos; Barcelinhos; Barqueiros; Cambeses; Carvalhal; Carvalhas; Cristelo; Fornelos; Gilmonde; Macieira de Rate; Moure; Paradelas; Pereira; Remelhe; Várzea; Vila Seca; Carreira e Fonte Coberta; Chorense, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual; Gamil e Midões; Milhazes, Vilar de Figs e Faria; Negreiros e Chavão; Sequeade e Bastuço São João e Sto Estevão; Silveiros e Rio Covo Sta Eulália; Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães.)	A
BENAVENTE	C
BORBA	C
BOTICAS	C
BRAGA (S. Vitor e S.Vicente)	A
BRAGANÇA	B
CABECEIRAS DE BASTO	C
CADAVAL	C
CAMINHA	C
CAMPO MAIOR	C
CANTANHEDE	C
CARTAXO	C
CASTELO DE VIDE E MARVÃO	C
CELORICO DA BEIRA E FORNOS DE ALGODRES	C
CHAMUSCA E GOLEGÃ	C
CORUCHE	C
ELVAS	C
ENTRONCAMENTO, VILA NOVA DA BARQUINHA E CONSTÂNCIA	C
ESPOSENDE	B
FAFE	B
FELGUEIRAS	A
FERREIRA DO ALENTEJO	C
FREIXO DE ESPADA À CINTA	C
FUNDÃO	C

### 3. Territórios

Territórios RLIS	
Concelho	Tipologia
GOUVEIA E MANTEIGAS	C
GRANDOLA E ALCACER DO SAL	C
GUIMARÃES (Conde e Gandarela; Guardizela; Lordelo; Moreira de Cónegos; Serzedelo; Mesão Frio; Abação e Gémeos; Serzedo e Calvos; Costa; Cadoso S. Tiago e Mascotelos; Infantas; Urgeses; Nespereira; Polvoreira; Tabuadelo e São Faustino; Pinheiro; Cadoso S. Martinho; Gondar; Selho S. Cristóvão; Selho S. Jorge; Silvares; Creixomil; Airão Sta Maria, Airão S. João e Vermil; Brito; Ronfe; Leitões, Oleiros e Figueiredo.)	A
GUIMARÃES (Oliveira do Castelo, S. Paio e S. Sebastião; Azurém; Fermentões; Aldão; Atães e Rendufe; São Torcato; Arosa e Castelões; Gonça; Selho São Lourenço e Gominhães, Sande Vila Nova e São Clemente; Souto Sta Maria, São Salvador e Gondomar; Prazins Sta Eufémia; Prazins Sto Tirso e Corvite; Ponte; Caldelas; Barco; Briteiros Sto Estevão e Donim; Briteiros S. Salvador e Sta Leocádia; Sande S. Martinho; Sande São Lourenço e Balazar; Longos; Pencelo.)	A
IDANHA-A-NOVA	C
LEIRIA (União de Freguesias Marrazes e Barosa)	A
LOURINHÃ	C
LOUSADA	A
MAÇÃO E SARDOAL	C
MARCO DE CANAVEZES	B
MEALHADA	C
MÊDA E VILA NOVA DE FOZ CÔA	C
MELGAÇO	C
MIRANDELA	C
MONÇÃO	C
MONTALEGRE	C
MONTE-MOR-O-VELHO	C
MORA	C
MORTÁGUA	C
MURTOSA	C
NISA E GAVIÃO	C
OLIVEIRA DO HOSPITAL	C
OLIVEIRA DE FRADES	C
OURÉM	B
PAREDES DE COURA	C
PENACOVA	C
PENAFIEL	C
PENALVA DO CASTELO	C
PENAMACOR	C
PENEDONO	C
PENICHE	C
PINHEL	C
PONTE DA BARCA	C
PONTE DE SÔR	C
PORTALEGRE	C
PÓVOA DE LANHOSO	C
PÓVOA DE VARZIM	B
RESENDE	C
RIBEIRA DE PENA	C

### 3. Territórios

Territórios RLIS	
Concelho	Tipologia
RIO MAIOR	C
S. JOÃO DA PESQUEIRA	C
S. PEDRO DO SUL	C
SABROSA	C
SABUGAL	C
SALVATERRA MAGOS	C
SANTA COMBA DÃO	C
SANTARÉM (Abitureiras, Abrã, Alcanede, Alcanhões, Amiais de Baixo, Arneiro das Milhariças, Gançaria, Moçarria, Pernes, UF de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, UF de Azoia de Cima e Tremês, UF de Casével e Vaqueiros, UF de Romeira e Várzea, UF de São Vicente do Paul e Vale de Figueira)	A
SANTARÉM (Almoster, Póvoa da Isenta, UF de Santarém (Marvila, S. Nicolau, S. Salvador, Santa Iria da Ribeira, Vale de Santarém)	A
SANTIAGO DO CACÉM	C
SÁTÃO	C
SEIA	C
SERNANCELHE	C
SERTÃO	C
SINES	C
TÁBUA	C
TABUAÇO	C
TAROUCA	C
TOMAR E FERREIRA DO ZÊZERE	B
TORRES NOVAS E ALCANENA	B
TRANCOSO E AGUIAR DA BEIRA	C
TROFA	C
VAGOS	C
VALENÇA	C
VIEIRA DO MINHO	C
VILA NOVA DE CERVEIRA	C
VILA NOVA DE POIARES E GÓIS	C
VILA VELHA DE RÓDÃO	C
VILA VERDE	B
VIMIOSO	C
VINHAIS	C
VIZELA	C
VOUZELA	C

### 3. Territórios

Unidades RLIS com possibilidade de Celebração de Protocolo com a CNPCJR	
Concelho	Tipologia
ALENQUER	B
BARCELOS ( Abade Neiva; Arcozelo; Perelhal; Barcelos, Vila Boa, Vila Frescaíña (S. Martinho e S. Pedro); Creixomil e Mariz; Tamel Santa Leucádia e Vilar do Monte; Vila Cova e Feitos; Aborim; Aldreu; Areias S.Vicente; Balugães; Carapeços; Cossourado; Frágoso; Galegos Santa Maria; Galegos São Martinho; Lama; Lijó; Manhente; Oliveira; Palme; Panque; Roriz; Silva; Tamel Veríssimo; Ucha; Alheira e Igreja Nova; Alvito (S. Pedro e São Martinho) e Couto; Campo e Tamel (S. Pedro Fins); Durrães e Tregosa; Quintiães e Aguiar)	A
BEJA	B
BRAGA (Maximinos, Sé e Cidade; São José de São Lázaro e São João do Souto; Ferreiros e Gondízalves; Lomar e Arcos; Nogueira Fraião e Lamações; Esporões; Morreira e Trandeiras)	A
CALDAS DA RAINHA	B
CASTELO BRANCO	A
CASTRO DAIRE e VILA NOVA DE PAIVA	C
CINFÃES	C
COIMBRA	A
COVILHÃ e BELMONTE	B
ESPINHO	B
ESTARREJA	C
FIGUEIRA DA FOZ	B
GONDOMAR	A
GUARDA	B
ÍLHAVO	B
LAMEGO	C
LEIRIA (União de Freguesias Leiria, Pousos, Barreira e Cortes)	A
MANGUALDE	C
MARINHA GRANDE	B
MATOSINHOS (União de freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões e União de Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora)	A
MATOSINHOS (União de freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo e União de freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira)	A
MOIMENTA DA BEIRA	C
NELAS	C
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	B
OVAR	A
PAREDES	A
PONTE DE LIMA	B
PORTO (Campanha e Bonfim)	A
PORTO (Paranhos)	A
PORTO (Ramalde e União de Freguesias de Aldoar Foz do Douro e Nevogilde)	A
PORTO (União de Freguesias Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, União de freguesias Lordelo do Ouro e Massarelos)	A
SANTA MARIA DA FEIRA	A

### 3. Territórios

Unidades RLIS com possibilidade de Celebração de Protocolo com a CNPCJR	
Concelho	Tipologia
TONDELA	C
TORRES VEDRAS	C
VALONGO	B
VIANA DO CASTELO	A
VILA DO CONDE	A
VILA NOVA DE GAIA (União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, e Freguesias de Oliveira do Douro e Vilar de Andorinho)	A
VILA NOVA DE GAIA (União de freguesias de Serzedo e Perozinho, União de freguesias de Grijó e Sermonde, Arcozelo e S. Felix da Marinha)	A
VILA NOVA DE GAIA (Freguesias de Pedroso, Olival, Seixezelo, Crestuma, Lever e Sandim)	A
VISEU	A